



## ASSOCIATIVISMO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: AS AÇÕES DOS TRABALHADORES NO CAMPO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM RECIFE (1889-1930)

Yan Soares Santos  
yan.ssantos27@gmail.com  
Ramon de Oliveira  
ramono@elogica.com.br

### Resumo

Objetivando analisar as práticas de empregadores e trabalhadores do Recife voltada às ações de qualificação profissional entre os anos de 1889 e 1930 investigamos nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) documentos referentes às demandas e ofertas de mão de obra em Recife encontradas em anúncios do jornal Diário de Pernambuco, enquanto no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE) levantou-se e analisou-se a documentação produzida pelas associações patronais e de trabalhadores. A partir da investigação constatou-se que os principais responsáveis pela qualificação dos trabalhadores foram as suas associações corporativas. Tendo como foco central de análise a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco concluiu-se que a partir das condições insalubres de trabalho, da disputa por mercado, da falta de reconhecimento social e impossibilidade de subsistir e subvencionar custos básicos individuais, os trabalhadores através de estratégias organizaram-se em associações, que entre outros objetivos estava o de através de ações em ensino profissional protegerem e tentar monopolizar o mercado de trabalho, chegando até mesmo a abrir cursos superiores que permitiam tal intento, evidenciado o fato de que o processo de preparação para o trabalho representava muito mais que apenas um movimento de qualificar o trabalhador, mas representava um ato sócio-político de fortalecimento de categorias profissionais.

**Palavras-chave:** Associativismo. Qualificação. Profissional. Recife. Século XX. Trabalhadores.

### Introdução: objetivo e metodologia

Em pesquisa interessada na qualificação profissional no século XIX, constatou-se que o processo de industrialização, naquele período, foi muito lento e não houve a necessidade de nenhuma ação do poder público de forma a garantir uma mão-de-obra adequada às novas necessidades. Muito pelo contrário, se olharmos os dados referentes à taxa de escolarização e os índices de analfabetismos veremos que o Recife e toda a província de Pernambuco apresentavam uma população com baixa qualificação, mesmo aquela referente ao domínio da leitura e da escrita. Também não podemos deixar de considerar o pequeno quantitativo de escolas primárias que estavam disponíveis à população. A pesquisa deixou evidenciado o fato de que na segunda metade do século XIX não surgiram cobranças por parte dos patrões de habilidades novas por parte dos trabalhadores. Nem sequer cobrança do domínio da leitura e da escrita aparece em número expressivo nos anúncios dos jornais (OLIVEIRA e SILVA, 2010)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Após a proclamação da república e o fim da escravidão iniciou-se uma lenta modificação do quadro econômico do estado de Pernambuco. Para ter uma ideia dessas mudanças, Fonseca (1986) destaca que, ao término do Império, Pernambuco apresentava um número muito pequeno de indústrias. No entanto, com ao advento da República esse cenário sofreu uma profunda modificação. Em 1910, com o total de 118 estabelecimentos industriais, esse estado já ocupava a sétima posição entre os que apresentavam maior número de indústrias. Já no correspondente ao número de trabalhadores no setor industrial a posição pernambucana era um pouco melhor: quinto lugar. Somando um total de 12.042 trabalhadores. (IBIDEM)

Dando continuidade ao processo de investigação reportando-se à Primeira República (1889-1930) levantamos enquanto questão de pesquisa o seguinte questionamento: quais foram os mecanismos de qualificação profissional desencadeado pela sociedade civil visando atender às necessidades da economia e da urbanização recifense entre os anos de 1889 e 1930? (SANTOS e OLIVEIRA, 2011)

Enquanto fontes, coletamos anúncios do Diário de Pernambuco de demanda e oferta de trabalhadores entre os anos de 1889 e 1930 - utilizando para esse artigo os anúncios dos anos de 1890, 1910, 1920 e 1930 – num total de 1471 anúncios. Já no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), consultamos os códices Folhetos Raros II, Impressos Particulares e Petições, uma série de documentos referentes a associações de trabalhadores, patrões e sociedade civil, fotodigitalizando um total de 1921 folhas referentes a esses documentos. Tais documentos serviram de base para a argumentação que se segue.

### **Aspectos gerais do Recife**

O período compreendido entre 1889 e 1930 tem a singularidade de ser aquele no qual se demarca o início do processo de industrialização brasileira. Como destaca Prado Júnior (1973), as modificações ocorridas no plano econômico e político brasileiro, tais como a abolição da escravidão, o fim da monarquia, a abertura para mão de obra imigrante, junto a outros fatores, são responsáveis pela criação das condições para o Brasil continuar inserido na divisão





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

internacional do trabalho. Ou seja, segundo Prado Júnior, o industrialismo brasileiro foi também expressão da emergência de uma nova cultura econômica no início do século XX.

Celso Suckow da Fonseca nos chama atenção para o fato de que não se registrou apenas um aumento de fábricas e de operários, mas fundamentalmente, mudanças das necessidades dessas indústrias, uma vez que, aos poucos, elas passaram a ter necessidades mais complexas, demandando mecanismos visando à implantação do ensino profissional (FONSECA, 1986a).

Diversos autores, de acordo com a análise de Bernardes (1986), destacam que o crescimento espacial e populacional da cidade do Recife ocorreu, desde fins do século XIX, sem um correspondente aumento no nível da oferta dos empregos demandados pelos contingentes de trabalhadores que, crescentemente, se deslocavam do campo para a cidade.

Singer (1977) destacou que a primeira onda de industrialização do Recife ocorreu a partir de 1875 e esteve voltada para os bens de consumo duráveis e concentrada nos principais bairros da cidade como Santo Amaro, Boa Vista, Várzea, e também em bairros adjacentes como Cordeiro, Macaxeira e Torre, sobretudo a indústria têxtil. Impulso insuficiente para imprimir um ritmo próprio às atividades urbanas, aumentar a oferta de trabalho e superar a centralidade das atividades agroexportadoras. Contava no ano de 1907 com apenas 72 fábricas, nas quais trabalhavam 7.155 operários e em 1920 já contava com 442 fábricas e tinha dobrado a quantidade de trabalhadores nelas empregados, 15.761 no total. (DIRETORIA, 1920a)

De acordo com a estatística populacional e industrial, Pernambuco era o quinto Estado mais populoso do país com um total de 841.539 no ano de 1872, subindo para 1.030.256 em 1890, chegando a 2.154.835 em 1920, precedido apenas por Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul (do primeiro ao quarto mais populoso). Já a cidade de Recife em 1872 contava com 116.671 pessoas, subindo para 111.556 em 1890 e alcançando em 1900 um total de 113.106 pessoas, o que correspondia a cerca de 16% do total populacional do Estado (FUNDAÇÃO, 1990)

Dentre os aspectos econômicos da cidade do Recife, Barbosa (2008) apresenta algumas tabelas com as quais podemos dialogar. Nelas, Pernambuco no ano de 1920 aparece com um total de 606.088 trabalhadores, subdivididos em diversos setores. O que mais empregava trabalhadores era a agricultura com 475.653 (78% do total) seguida logo pela indústria com 70.313 (12% do





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

total). Já em Recife havia um total de 238.843 trabalhadores (39% dos trabalhadores do Estado), destacando-se a agricultura com 13.501 trabalhadores e a indústria com 26.230 operários.

Já nas estatísticas de imóveis dedicados a atividade econômica, num relatório de 1920, Recife contava com 3.211 prédios, no qual aproximadamente 75% desses prédios eram ligados à atividade comercial e apenas 17% para a atividade industrial (DIRETORIA, 1920b).

Para o censo escolar que compreende os anos de 1907 a 1912 fez-se um balanço do ensino profissional nos diversos Estados. Pernambuco contava em 1907 com escolas nas modalidades de ensino profissional: sacerdotal, pedagógico, artístico liberal, artístico industrial, agrônômico e comercial. O ensino sacerdotal contava com uma média de 6 prédios escolares, envolvendo 31 docentes; o profissional pedagógico contava com escolas abertas pelo Estado ou por particulares somando um total, em média, de 4 prédios, com 68 professores e atingindo um total de 577 matrículas em 1912. Já o ensino profissional artístico liberal contou com uma escola aberta por particulares, envolvendo 4 docentes e um total de 28 matrículas, no ano 1909. O ensino artístico industrial contava com 4 escolas particulares, 42 docentes e um total de 1.103 matrículas em 1907. O ensino profissional agrônômico também era de empreitada particular alcançando em média 4 escolas, com 28 docente em 1912 e um total de 94 matrículas que chegava a 94 alunos. Por fim o ensino profissional comercial contava com apenas uma escola particular, envolvendo 3 docentes e atingindo 12 matrículas. (Diretoria, 1927. Pp. 930-1.037)

A estatística escolar publicada em 1916 nos informa que o Estado de Pernambuco, em 1907, contava com 651 escolas e 667 cursos, com 34.200 alunos numa média de 53 alunos por escolas e 51 por cursos. No entanto, dos cursos ofertados, 639 eram primários; 16 secundários, dois eram de ensino superior e havia apenas 10 cursos profissionais, demonstrando que apesar da tentativa de implementar o ensino profissional ainda era pequena a oferta desses cursos feita pelos agentes públicos. (Diretoria, 1916).

Em 1933 (data mais próxima encontrada) Pernambuco contava com 2.095 prédios escolares, sendo 1.987 de ensino elementar, 84 de ensino secundário ou médio e apenas 24 de ensino superior. (INSTITUTO, 1936, p. 322)

Neste interim temos um Recife reminescente de revoltas populares ditas liberais; episódios antilusitanos; uma política voltada para os melhoramentos materiais da província, tais como a





melhoria do porto, implementação de fábricas, melhorias dos engenhos centrais para as usinas de açúcar, estradas de ferro, água encanada, esgotamento sanitário, e preocupação com a higienização pública; em um contexto de longos períodos de secas e de migrações do campo para a cidade (CARVALHO, 1998; MELLO, 1999; ARRAIS, 2004). A cidade de Recife apresentava bastante dinamicidade e propícia para vicissitudes sociais, onde as transformações no aspecto econômico e urbano poderiam modificar as relações de trabalho, bem como o desaparecimento de algumas profissões (MELLO, 1978).

Nesse contexto, como eram demandados esses trabalhadores? Buscamos então nos Anúncios Diversos do Diário de Pernambuco entre os anos de 1889-1930 os registros dessas demandas de trabalhadores e percebemos que prevaleciam os pedidos por amas (ofício relacionado ao trabalho doméstico) e caixeiros (ofício voltado para as atividades comerciais em diversos campos de atuação que vai de pequenas lojas, boticas e mercearias até a guarda-livros e escriturários). Os anúncios demandando trabalhadores para a agricultura, para a indústria, ou para profissionais liberais e serviços em geral não chegaram a 15% dos anúncios coletados.

Destacados aspectos gerais do mercado de trabalho recifense na primeira república nos voltaremos para os achados sobre as ações dos próprios trabalhadores voltadas para a qualificação profissional.

### **Associativismo e qualificação profissional: as ações dos trabalhadores**

Durante a pesquisa encontramos no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano documentos de associações beneficentes e mutualistas instauradas na cidade do Recife que se preocuparam dentre diversas questões com o ensino profissional. Das 28 associações 8 tinham essa preocupação destacada em seus estatutos e em relatórios anunciavam o andamento desses cursos de formação profissional.

Essa preocupação com a formação dos trabalhadores expressava-se através da abertura de cursos e entendia-se que a qualificação/instrução dos associados renderia a eles o monopólio de mercado, sendo empregados apenas aqueles que possuem qualificação e futuramente o diploma do curso de matérias.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

De acordo com Gondra e Schueler (2008) as associações e grêmios, tais como essas que pesquisamos, são espaços de sociabilidade, de socialização de saberes e de propostas de auxílio mútuo e beneficente. Elas estavam envolvidas com o processo educativo, mas também pensaram na civilidade como uma proposta estatutária, visando civilizar os associados como um bem à nação.

Pela sistematização feita a partir dos trabalhos de Batalha (1999, 2004, 2006), que através da História Social do Trabalho apresenta como os trabalhadores pelas suas experiências vivenciavam relações entre si, com a população, patrões e poderes públicos em fins do século XIX e Primeira República, voltamos às associações pesquisadas podendo identificar algumas características comuns a elas:

1. Condição para a associação: exercer o ofício da associação ou semelhante atividade. Ou ainda ser um indivíduo prestativo à associação ou merecedor dos préstimos da sociedade (apesar de algumas associações terem sócios de ofícios não comuns à associação);
2. Prestação de auxílio aos sócios: Através da cobrança de fundos sociais, como as mensalidades e as joias; visando os serviços oferecidos como o auxílio funeral, pensão familiar para falecimento do sócio e pensão por invalidez;
3. A existência desse auxílio mútuo prevendo o encarecimento e impossibilidade dos sócios despender alto valor nesses serviços (auxílio doença, funeral, invalidez etc.) por vias normais e até por não serem providas pelo poder estatal;
4. Educação para uma Qualificação Profissional;
5. Controle e proteção contra a concorrência do Mercado de Trabalho;
6. Melhor condição de trabalho dos Qualificados, quanto à renda, à regularidade e à estabilidade no emprego; condições de moradia; proteção legal e à saúde; condições de negociação mais fortes com o patrão (talvez devido à oportunidade de poderem associar-se);
7. Caráter de reivindicação político-trabalhista: aumento de salários e diminuição de horas de trabalho.

O movimento das associações estava, portanto, condicionada às experiências vividas pelos trabalhadores e suas tentativas de associar-se, seja por conta de uma impossibilidade de arcarem





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sozinhos com despesas cotidianas (a exemplo da observação 3, acima), seja voltadas para a proteção profissional, educação profissional e reivindicações político-trabalhistas.

Podemos destacar através dos estudos destas que foram os trabalhadores os maiores preocupados com a qualificação profissional. Além disso, algumas associações determinavam que só pudessem ser empregados os trabalhadores portadores de um diploma expedido pela sociedade do ofício específico. Temos como principal exemplo disso as ações efetuadas pela Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Não foi possível na pesquisa identificar o estatuto que deu início as atividades da associação, no entanto no primeiro registro datado do ano de 1892, observa-se logo em seu primeiro artigo o interesse da associação de: “reunir em um grêmio fraternal os empregados no mesmo comércio protegê-los e as suas famílias, instruí-los e pugnar pelos interesses legítimos de cada um deles e pelos da classe em geral, empregando os recursos a seu alcance” (ESTATUTOS, 1892. p. 3).

Havia o interesse dos associados fazerem da associação um meio para auxílios políticos objetivos, onde pugnar (leia-se: tomar a defesa) pelos interesses *legítimos* representa uma objetividade não apenas particular a um dos associados, mas, pela *classe* em geral.

A proteção destacada é a financeira em caso de doenças, invalidez (destinada ao sócio) ou em caso da morte deste, a beneficência à sua família. E por fim, de acordo com este estatuto, a necessidade de instruir os associados.

Mas como seria essa instrução? Seria um ensino de matérias necessárias à instrução comercial e ministradas num curso noturno, abrindo espaço para a abertura de novas cadeiras, mas para isso era preciso que as mesmas fossem reclamadas por vinte sócios no mínimo.

Tais aulas seriam ministradas por professores contratados ou não, sendo pertencentes ou não à associação, sendo este ensino teórico e prático. Mas, uma das principais características destacadas nesse estatuto é que o sócio que for aprovado nas matérias do “Curso comercial” terá um diploma de habilitação conferido pela Diretoria da associação (ESTATUTOS, 1892).

A associação deveria emitir um diploma para o associado que passar pelas matérias e assim for aprovado, mais uma vez vemos uma associação preocupada em habilitar (qualificar) seus sócios para o trabalho, onde provavelmente, a exemplo da sociedade dos *machinistas*, era um modo de controle de mercado não deixando aqueles sem a habilitação ocupar o cargo dos





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

habilitados. Não temos certeza do ano de inauguração desse Curso Comercial pretendido pela associação. Temos, entretanto uma pista de que em 1903 o curso estava em vias de entrar em funcionamento.

É pertinente questionar a real necessidade de a Associação abrir um curso comercial se ele já existia em outras instituições de ensino. A justificativa seria o fato do ensino nessas outras instituições ser voltado para indivíduos com a capacidade de financiá-las. Era um privilégio para um grupo diminuto da sociedade, não comportando nesse ínterim toda a classe trabalhadora no comércio.<sup>1</sup>

Antes de avançarmos nas discussões sobre as ações que foram desenvolvidas pela Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco, importante se faz resgatar um pouco da história dos comerciários (os caixeiros), para tanto necessário se faz retomar um pouco dessa história tendo como referencia o século XIX, por um breve parêntese.

Desde meados do século XIX a classe caixeiral foi responsável por disputas políticas no Recife. O acontecimento denominado “mata-marinheiros” e o crescente antilusitanismo dos trabalhadores no comércio representam marcos importantes para o entendimento da estruturação dessa categoria.

Além da luta pela sobrevivência diária os trabalhadores estavam fartos de disputarem o mercado de trabalho com os portugueses, pois, dividiam um mercado de trabalho desvalorizado socialmente. Os portugueses vinham de Portugal sabendo ler e escrever o que os tornavam qualificadamente mais demandados para o trabalho no comércio (CÂMARA, 2005; CARVALHO, 1993)

---

<sup>1</sup> Há a possibilidade desse curso estar baseado no curso comercial, implementado na província de Pernambuco entre 1863 e 1867, tendo este três cadeiras: 1. Noções gerais de Comércio; 2. Contabilidade e prática das operações comerciais; 3. Princípios de Economia Política relativos ao comércio e Direito Mercantil. Tal curso não teve um grande número de inscritos, muito menos continuou a ser frequentado, deixando de existir quatro anos após sua inauguração. Houve um curso de comércio também no Instituto Benjamin Constant, mas este instituto só durou até 1899. O Ginásio Pernambucano também tinha um curso comercial como demonstra a bibliografia. Cf. OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Relatório de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX*. Recife, 2010. Financiada com recursos do CNPq; Cf. BELLO, Ruy. *Subsídios para a História da Educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 128-129.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Quem disputava esse mercado de trabalho? Eram em sua grande maioria crianças que desde os 7 anos estavam sendo instruídas nos serviços comerciais e aos 14 eram consideradas trabalhadores completos e passíveis de terem seu trabalho explorado.

Eram caixeiros empregados em padarias, para tráfico de rua, para balcão de loja, para secos e molhados, hotel, farmácias, como guarda-livros dentre outros. Mas, a partir da investigação dos anúncios do Diário de Pernambuco e Jornal do Recife entre os anos de 1857 e 1889, Lima e Silva (2010) fazem um alerta sobre o modo como esses trabalhadores eram recrutados, pois, com a crescente diminuição dos anúncios e a baixa diversidade de chefes de diversos estabelecimentos procurando caixeiros, tais trabalhadores poderiam ser recrutados mediante outras estratégias sociais.

Tal inserção no mercado de trabalho tinha suas fases: **1.** O recrutamento era tanto para caixeiros com prática ou para aprender o ofício – daí a demanda e oferta de crianças entre os 7 e 14 anos. Se era para aprender a “arte do comércio” dependia muitas vezes da prática do dia a dia, da observação, de acertar e errar. Provavelmente distribuído dentro de uma hierarquia funcional, ocorrendo com frequência nos grandes estabelecimentos comerciais e na casas de grosso trato” (LIMA E SILVA, 2010, p. 802). Ou seja, a fase de aprender o ofício era crucial para o pequeno caixeiro pretendente a elevar-se socialmente, seja para ser empregado num estabelecimento maior e mais promissor ou conseguir montar sociedade com seu antigo patrão.

Já a fase **2** - A relação do trabalho - se dava na primeira metade do século XIX através da fiança de conduta, capaz de certificar as elevações morais daquele indivíduo abrindo a possibilidade de uma confiança do patrão ao “contratar” seu trabalhador. De acordo com a pesquisa de Lima e Silva essa relação pautada no paternalismo foi sendo modificada no decorrer da segunda metade do século XIX, pois, nos anúncios de jornais pouco era exigido à fiança de conduta, se não havendo a nulidade do pedido.

Essa crescente impessoalidade do ofício é perceptível por conta da construção de um mercado de trabalho sobre a égide de um conceito mais liberal e capitalista, mas que não foi o suficiente para encerrar todas as práticas de uma tradição paternalista. Ou seja, os caixeiros não precisavam mais ser “conhecidos”, “recomendados” e “afiançados”, pelo menos não nos anúncios de jornais. Impessoal, mas nem por isso deixando de lado a qualificação dos trabalhadores. Alguns





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

anúncios de professores particulares que ofertavam aulas de matérias comerciais, como a aritmética aplicada ao comércio, indicava a existência de uma demanda por uma instrução comercial, mesmo se fosse particular, porém, esse tipo de ensino só era possível àqueles com possibilidade de financiá-lo.

Por fim, é suposto pelas pesquisadoras que muitos conflitos existentes eram gerados dentro dos estabelecimentos pelas diferenças de funções ocupacionais e do nível de escolaridade entre estrangeiros e brasileiros, e entre os próprios trabalhadores nacionais. O ofício de trabalhador comercial estava ligado, portanto, a uma estratégia de integração da mão de obra livre no mercado de trabalho, “por meio de relações cotidianas que ultrapassam a esfera do ‘privado’ nos estabelecimentos comerciais e ganharam as ruas da cidade do Recife” (LIMA e SILVA, 2010, p. 805), ou seja, tentando ultrapassar a esfera do paternalismo e patriarcalismo responsável por manter aos trabalhadores livres o veto à liberdade<sup>2</sup> dada aos trabalhadores escravizados, ou ainda, como medida para os ex-escravos ou seus filhos terem a possibilidade de elevarem sua condição social.

Sobre a instrução desses pequenos trabalhadores no comércio só é possível fazer suposições. Já apontamos a possibilidade de professores particulares – para crianças com possibilidade de pagar o ensino particular – e o aprendizado pela própria inserção no universo de trabalho, sem haver um ensino sistemático de disciplinas.

Há a possibilidade dessas condições de trabalho e instrução se modificarem exatamente com o aparecimento da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Fechamos o parêntese e nos voltamos novamente às ações dessa Associação.

Pela escassez das fontes, analisar os cursos comerciais, tanto o aberto pelo poder público, quanto o da associação é enveredar num terreno difícil e possivelmente andar em círculos. Entretanto, em 1911 houve a inauguração de uma Academia do Comércio fundada e mantida pela Associação dos Empregados no Comércio. Seu estatuto apresenta os cursos ministrados, sua

---

<sup>2</sup> Quando a essa concepção de liberdade, é trabalhada aqui a relativização já apresentada pelo autor Claudio Batalha (2006), quando apresenta as condições de trabalho dos livres serem tão precárias e restritas quanto a dos ex-escravos.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

duração e as cadeiras de cada um. Mas, por enquanto vamos no ater ao curso noturno pretendido e não à Academia do Comércio.

Apesar dos benefícios oferecidos pela associação, uma grande quantidade de trabalhadores no comércio não se associava. Se de acordo com a proposta da associação apenas aqueles que completavam seu curso comercial ou a academia do comércio eram habilitados para exercer o ofício, temos no mínimo 1.157 (Sócios Efetivos) habilitados. Esse valor é passível a aumentar de acordo com os alunos que preferiam exercer o curso comercial em outras instancias educativas. Ainda assim, o total de indivíduos exercendo o ofício de comércio é de 12.775 trabalhadores, ou seja, possivelmente sem habilitação (desqualificados).

É sobre esses méritos (a abertura e desenvolvimento de cursos de ensino profissional) que a associação passa a requerer frente ao poder público medidas para melhorar as condições de trabalho dos empregados no comércio. A instrução dos associados, que são trabalhadores, aparenta ser a chave mestra dessa negociação com o poder público. Mac Cord (2009) quando analisa a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (iniciando suas atividades desde 1836), parece demonstrar tal concepção, pois, é exatamente a partir dos discursos sobre a instrução dos associado-trabalhadores que esta sociedade passa a requerer e negociar com o poder público algumas melhorias nas condições de trabalho e monopólio de mercado.

Os poderes locais delegavam à associação (iniciativa particular) as atribuições quanto ao ensino profissional, a “mutualista de artesãos recifenses procurou (re)construir a distinção cotidiana de seus membros [...] Artífices como José Vicente Ferreira Barros Junior conseguiram romper barreiras sociais através da instrução, muitos outros trabalhadores assistiram aulas de apoio à prática de seus ofícios (o que agregou valor simbólico à mão-de-obra especializada) e subvenções anuais foram concedidas à associação” (MAC CORD, 2011).

Tendo como ganhos o exclusivismo de mercado nas construções para os associados frente aos imigrantes europeus; um fundo público destinado para a associação em auxílio aos vencimentos mensais; pleno envolvimento dos associados com a vida pública da então Província e depois Estado de Pernambuco. Seu maior ganho seria a coordenação do Liceu de Artes e Ofícios inaugurado em 1880 pelos então remanescentes e descendentes da associação (MAC CORD, 2009)





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A negociação da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco com o poder público é demonstrada no estatuto de 1919. No qual é feita diversas declarações acerca de como anda o curso comercial e a Academia do Comércio, das suas benéficas ao Estado, de como a instrução era voltada para a civilização dos trabalhadores, na perspectiva de uma educação pelo trabalho, ou seja, “Instruir, fortalecer-lhes o caráter, dar-lhes os ensinamentos necessários à vida prática, equivale a fazer homens – isto é o que a Associação tem feito aos associados e filhos de associados, que todos os anos procuram os cursos mantidos por ela” (RELATÓRIO, 1921, p. 13) e é a partir desse discurso que os associados vêm pedir auxílio público.

É necessário um forte auxílio e, talvez só com auxílio do governo Federal ou do Estadual, possamos levar a efeito tal importante serviço, pois que, além da montagem dos escritórios, teremos necessidade de maquinas de escrever e de calcular, prensas de copiar, livros e expediente de professores. De outra necessidade resente-se ainda a Academia e está é a substituição do seu mobiliário. A Academia precisa de um mobiliário apropriado e bastante. Estas necessidades precisam ser satisfeitas, pouco a pouco, porque não dispomos de capital e apesar do grande serviço que a Academia presta ao comércio e quiçá ao Estado, não contamos com o auxílio oficial, com honrosa exceção da Prefeitura Municipal. (RELATÓRIO, 1921, p. 18)

A subvenção municipal contava com 3:000\$000 uma quantia que ao ditames do relatório não dava para comportar um curso de tal magnitude. O serviço que a Academia presta ao comércio e ao Estado é sempre valorizado, tentando através de uma retórica e de resultados convencer o leitor. É por meio dessas informações que percebemos que a instrução é utilizada aqui como forma de negociação frente ao poder público, se ela engrandece o trabalhador qualificando-o, este também merece ser engrandecido pelas benéficas que o poder público deveria oferecer.

Esse jogo econômico entre a associação e o poder público transparece também quando a associação nos fala acerca da regulamentação das horas de trabalho. É um manifesto entregue junto ao relatório para acelerar o processo legal para que haja a regulamentação em 10 horas de trabalho por dia. Mas, não é só isso. Era exigido como direito dos empregados no comércio férias de quinze a trinta dias após o empregado ter trabalhado consecutivamente dois anos; a demissão com aviso prévio do empregador entre trinta a sessenta dias; por fim aos empregados, sem





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contrato, depois de dois anos de serviço ativo, regular os mesmos direitos e regalias, que aos empregados por contrato registrado (RELATÓRIO, 1921).

Esse jogo de trocas também exercia impacto no próprio discurso da associação, pois, se a educação era um modo de lutar por direitos, se esses direitos fossem conquistados eles ajudariam na educação.

Haveis de notar que, de uma matricula assaz numerosa, bem poucos prestam exames; a razão disto é que, sendo quase todos empregados no comércio, não lhes sobra tempo para fazer um estudo regular; é necessário àqueles que se matriculam, muita força de vontade e um grande esforço para obterem algum resultado. Todos tem desejo de estudar – o que se verifica pela matricula; porém quando vão as lições saindo dos limites da parte comum para a parte adiantada, mais difícil, onde é preciso o estudo acurado, falece-lhes o esforço e abandonam. É possível que, regularizadas as horas de trabalho para o comércio de nossa praça, estas dificuldades desapareçam. (RELATÓRIO, 1921, p. 15-16)

Está se falando sobre a regulamentação de trabalho e da falta de tempo para os jovens caixeiros conciliarem as horas de trabalho com as horas de estudo, pois havia muitas matrículas e na época de exames poucos os realizavam. Também quando o curso passa conclui os elementos práticos do trabalho caixeiros e aborda outros níveis de conhecimento o curso é abandonado.

Destacamos, a partir dessas informações, o fato dos alunos buscarem no curso comercial o ensino que lhes seria útil para a vida prática no emprego, possivelmente as cadeiras idênticas ao ensino de primeiras letras (ler, escrever, e as quatro operações básicas da matemática). Quando o curso passa a trabalhar conceitos menos práticos os alunos passam a deixar o curso, pois, o trabalho já lhes cansa bastante e sua preocupação é habilitar-se para o trabalho e somente para este. A segunda dimensão seria aquela proposta pelo próprio relatório de que são as horas trabalhadas, as quais são extensas e por isso a dificuldade do aluno permanecer no curso e prestar exames.

Se essas duas dimensões podem ser lidas separadamente não extingue a possibilidade de ser lida em conjunto e de se lançar aí outra problemática. Se a proposta da associação é englobar o máximo de sócios e estes possuírem a habilitação que os permitirá ser reconhecidos para o trabalho, os alunos que assistem parte do curso e não são diplomados entram (ou permanecem) no mercado sem a carta de habilitação da associação, fazendo com que a proposta da associação não tenha sido implantada tão facilmente. Ou seja, dos 12.775 trabalhadores no comércio,

4038





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

supomos que muitos eram desqualificados (de acordo com os ditames da associação), mas eram esses os mais contratados para os serviços de caixeiros no Recife.

Portanto, a Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco aparece para a caixeiagem como uma forma de regulamentar sua profissão além de procurar legalizar, frente ao poder público, essa regulamentação. A abertura de cursos noturnos e da Academia do Comércio exemplifica as ações dessa associação voltada para a instrução e qualificação profissional dos seus associados e da categoria profissional como um todo. É um exemplo da atuação das associações voltadas para a classe dos trabalhadores e com a preocupação da negociação de direitos frente ao poder público.

Concluimos ressaltando o fato de que a partir das condições insalubres de trabalho, da disputa por mercado, da falta de reconhecimento social e impossibilidade de subsistir e subvencionar custos básicos individuais, os trabalhadores através de estratégias organizaram-se em associações. Associar-se tinha como objetivos: arcar mutuamente com os custos individuais; buscar salubridade de trabalho; e através das ações em ensino profissional protegerem e tentar monopolizar o mercado de trabalho, chegando até mesmo a abrir cursos superiores que permitiam tal intento.

O caso demonstrado da Associação dos Empregados no Comércio é um exemplo, pois, em seus relatórios e estatutos foi possível averiguar as intenções dessa organização em instruir seus associados e os trabalhadores no comércio em Pernambuco, além de por meio dessa “benfeitoria”, demandar ao Estado maiores cuidados com a classe. Uma dessas exigências foi a regulamentação das horas de trabalho, e se tal fosse aceita ajudaria ainda mais na educação de jovens trabalhadores, pois, estes poderiam dedicar mais tempo aos estudos. Ou seja, tal associação estava preocupada com a instrução dos pequenos trabalhadores no comércio recifense, preocupada com sua formação profissional, sua qualificação, e tal associação foi também a responsável por tentar modificar as relações de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores do comércio.

O principal resultado encontrado é que a qualificação profissional era buscada pelos próprios trabalhadores e que com a tentativa de legalizar a habilitação dessa qualificação buscavam também outros benefícios do poder público.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

### Referências

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BATALHA, Claudio H. M. “**Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX**: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo, (1999), volume 6, números 10/11.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Claudio H. M. Limites da Liberdade: Trabalhadores, Relações de trabalho e Cidadania durante a Primeira República. In.: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (orgs). **Trabalho Livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Dissertação de mestrado. UFPE, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. Liberdade: **Rotinas e rupturas do escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1998.

CARVALHO, Marcus J.M. O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848. In. Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Migração e Imigração em Portugal (séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. V. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986a.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. & SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Trabalhadores do comércio: a atuação dos caixeiros no Recife entre 1857 a 1889**. Paraíba, UFPB: **Anais Eletrônicos do II Encontro de História do Império Brasileiro: culturas e Sociabilidades: Políticas, diversidades, identidades e práticas educativas**, 2010.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2009. (Tese de Doutorado).

MAC CORD, Marcelo. Artífices de cor do Recife: dos privilégios corporativos à tentativa de controle da escolarização dos ofícios décadas de 1840 e 1850. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 28, p. 1-24, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. “**Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana**”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. (1978). Vol. 1.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

NEGRO, Antônio Luigi & GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social revista de sociologia da USP**, v. 18, n.1, 2006.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Relatório de Pesquisa: Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX.** Recife, 2010. Financiado com recursos do CNPq.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SANTOS, Yan Soares; OLIVEIRA, Ramon de. Relatório de Pesquisa: **Ações de trabalhadores e do patronato recifense no campo da qualificação profissional, entre os anos de 1889 e 1930.** Recife, 2011. Financiado com recursos da CNPq/Facepe.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana** (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife). ( 2ª ed.) São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

### Fontes Primárias

ANÚNCIOS do Diário de Pernambuco anos: 1890; 1910; 1920; 1930 – Setor de Microfilmagem – Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

DIRETORIA Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Estatística Escolar. v. I. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1916.

DIRETORIA Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil 1º ano (1907-1912) V. III cultos, assistência, repressão e instrução. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1927.

DIRETORIA Geral de Estatísticas. Recenseamento do Brazil. V. V. Indústria. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1920a.

DIRETORIA Geral de Estatísticas. Recenseamento do Brazil. V. IV. Predial. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1920b.

ESTATUTOS da Academia do Comércio de Pernambuco. Pernambuco: Tipografia do Diário de Pernambuco, 1911. (APEJE: Folhetos Raros II).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1892. ( APEJE: Folhetos Raros II).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1903. (APEJE: Folhetos Raros II).

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco relativo ao ano de 1919. Pernambuco: Imprensa Industrial, 1921. (APEJE: Folhetos Raros II).

INSTITUTO Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

